

István Mészáros

A TEORIA DA ALIENAÇÃO  
EM MARX

Tradução  
Isa Tavares

**BOITÊMPO**  
EDITORIAL

Copyright desta edição © Boitempo Editorial, 2006

Copyright © István Mészáros, 1970  
1ª edição em português publicada pela Zahar Editores  
em 1981 com o título *Marx: a teoria da alienação*

*Coordenação editorial*

Ivana Jinkings  
Ana Paula Castellani

*Tradução*

Isa Tavares

*Revisão de tradução*

Edison Urbano

*Revisão de texto*

Marina Ruivo

*Editoração eletrônica*

Capp Design

*Capa*

Antonio Kehf

*Produção*

Marcel Iha

*Impressão e acabamento*

Bartira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M55r

Mészáros, István, 1930-

A teoria da alienação em Marx/ István Mészáros ; tradução Isa  
Tavares. - São Paulo : Boitempo, 2006

296p. : (Mundo do trabalho)

Tradução de : Marx's theory of alienation (5th ed)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7559-080-5

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Alienação (Filosofia). I. Título.  
06-1340. CDD 335.41

CDU 330.85

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser  
utilizada ou reproduzida sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: maio de 2006

1ª reimpressão: agosto de 2007

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.  
Rua Euclides de Andrade, 27 - Perdizes  
05030-030 São Paulo SP  
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869  
e-mail: editor@boitempoeditorial.com.br  
site: www.boitempoeditorial.com.br

3. *Complexidade do conceito-chave: alienação*<sup>3</sup>. Esse problema representa uma das maiores dificuldades. O conceito de alienação de Marx tem quatro aspectos principais, que são os seguintes:

<sup>3</sup> Em alemão, as palavras *Entäußerung*, *Entfremdung* e *Veräußerung* são usadas para significar "alienação" ou "estranhamento". *Entäußerung* e *Entfremdung* são usadas com muito mais frequência por Marx do que *Veräußerung*, que é, como Marx a define, "die Praxis der Entäußerung" (a prática da alienação) (Marx-Engels, *Werke* [doravante abreviado MEWE], v. 1, p. 376), ou, em outro trecho, "Tat der Entäußerung" (o ato da

- a) o homem está alienado da *natureza*;
- b) está alienado de *si mesmo* (de sua própria *atividade*);
- c) de seu "*ser genérico*" (de seu ser como membro da espécie humana);
- d) o homem está alienado do *homem* (dos outros homens).

A primeira dessas quatro características do "trabalho alienado" expressa a relação do trabalhador com o *produto* de seu trabalho, que é ao mesmo tempo, segundo Marx, sua relação com o *mundo sensível exterior*, com os objetos da natureza.

A segunda, por sua vez, é a expressão da relação do trabalho com o *ato de produção* no interior do processo de trabalho, isto é, a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma atividade alheia que não lhe oferece satisfação em si e por si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa. (Isso significa que não é a atividade em si que lhe proporciona satisfação, mas uma propriedade abstrata dela: a possibilidade de vendê-la em certas condições.) Marx também chama à primeira característica "estranhamento da *coisa*", e à segunda "auto-estranhamento".

O terceiro aspecto – a alienação do homem com relação ao seu ser genérico – está relacionada com a concepção segundo a qual o objeto do trabalho é a *objetivação da vida da espécie humana*, pois o homem "se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele". O trabalho alienado, porém, faz "do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser *estranho* a ele, um *meio* da sua existência *individual*. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência *humana*".

A terceira característica está implícita nas duas primeiras, sendo expressão delas em termos de *relações humanas*, como também o é a quarta característica anteriormente mencionada. Porém, enquanto ao formular a terceira característica Marx levou em conta os efeitos da alienação do trabalho – tanto como "estranhamento da coisa" quanto como "auto-estranhamento" – com respeito à relação do *homem com a humanidade* em geral (isto é, a alienação da "condição humana" no curso de seu rebaixamento por meio de processos capitalistas), na quarta ele está considerando tendo em vista a relação do homem com *outros homens*. Como afirma Marx sobre esta última:

alienação) (MEWE, v. supl. I, p. 531). Assim, *Veräusserung* é o ato de traduzir na prática (na forma da venda de alguma coisa) o princípio da *Entäusserung*. No uso que Marx faz do termo, "*Veräusserung*" pode ser intercambiado com *Entäusserung* quando um "ato" ou uma "prática" específica são referidos. (Ver MEWE, v. 26, Parte I, p. 7-8, sobre a doutrina de sir James Stuart concernente ao "lucro sobre a alienação". Alienação, nesse contexto, é apresentada por Marx tanto como *Veräusserung* quanto como *Entäusserung*.) Tanto *Entäusserung* como *Entfremdung* têm uma triplíce função conceitual: (1) referindo-se a um princípio geral; (2) expressando um determinado estado de coisas; e (3) designando um processo que engendra esse estado. Quando a ênfase recai sobre a "externalização" ou "objeção", Marx usa o termo *Entäusserung* (ou termos como *Vergegenständlichung*), ao passo que *Entfremdung* é usado quando a intenção do autor é ressaltar o fato de que o homem está encontrando oposição por parte de um poder hostil, criado por ele mesmo, de modo que ele frustra seu próprio propósito.

Karl Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos* (São Paulo, Boitempo, 2004), p. 85. [Nesta edição, para diferenciar a autoria dos destaques nas citações, foram empregados os seguintes recursos: os destaques do próprio autor citado estão em **negrito**; os de Mézárs em *idílico*. (N. E.)]

uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o **estranhamento do homem pelo [próprio] homem**. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem.<sup>5</sup>

Assim, o conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do “estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo”, de um lado, e as expressões desse processo na relação entre *homem-humanidade* e *homem e homem*, de outro.

4. *Estrutura dos Manuscritos de Paris*. Apesar de suas proporções modestas – apenas cerca de 50 mil palavras – os *Manuscritos econômico-filosóficos* são um grande trabalho de síntese, de um tipo particular: uma *síntese in statu nascendi* (voltaremos ao assunto a seguir). Estamos testemunhando neles o aparecimento dessa síntese singular, à medida que seguimos as linhas gerais de uma vasta e abrangente concepção da experiência humana em todas as suas manifestações; mais abrangente, de fato, do que qualquer coisa anterior a ela, inclusive a grandiosa visão hegeliana. Marx esboça nos *Manuscritos de Paris* as principais características de uma nova “ciência humana” revolucionária – por ele contraposta à universalidade alienada da filosofia abstrata, de um lado, e à fragmentação e à parcialidade reificadas da “ciência natural”, de outro – do ponto de vista de uma grande idéia sintetizadora: “a alienação do trabalho” como a raiz causal de todo o complexo de alienações.

Ninguém deve deixar-se enganar pela primeira impressão ao ler, além de extratos de livros, observações fragmentárias, alusões sumárias e formulações paradoxais, expressas num estilo aforístico. Um exame mais atento revelaria que os *Manuscritos de Paris* estão estruturados de maneira muito mais sólida do que uma primeira impressão poderia sugerir. Como já dissemos, as idéias particulares dos *Manuscritos* só adquirem seu significado pleno em relação ao significado geral do trabalho como um todo. Dito de outro modo, as observações feitas por Marx acerca de uma grande variedade de questões não podem ser plenamente compreendidas senão como partes estreitamente inter-relacionadas de um sistema de idéias coerente. Os *Manuscritos de 1844* constituem o primeiro sistema abrangente de Marx. Nesse sistema, cada ponto particular é “multidimensional”: liga-se a todos os outros pontos do sistema marxiano de idéias; está implicado por eles assim como os implica. (O problema da relação entre *alienação* e *consciência*, por exemplo, nunca é examinado isoladamente, mas – em agudo contraste com outras abordagens filosóficas do problema – como algo que ocupa um lugar determinado no sistema das atividades humanas; porquanto apoiado sobre a base socioeconômica e em constante interação com ela.)

Evidentemente, nenhum sistema é concebível sem uma estrutura interna própria. O objetivo da primeira parte é examinar os detalhes desse problema. Aqui só podemos indicar, muito rapidamente, aquelas características essenciais para o entendimento da estrutura complexa do primeiro grande trabalho de síntese realizado por Marx.

<sup>5</sup> Karl Marx. *Manuscritos econômico-filosóficos*, cit., p. 85-6.

# I

## ORIGENS DO CONCEITO DE ALIENAÇÃO

Como é sabido, Feuerbach, Hegel e a economia política inglesa exerceram a mais direta influência na formação da teoria da alienação de Marx. Mas estamos interessados aqui em muito mais do que simples influências intelectuais. O conceito de alienação pertence a uma vasta e complexa problemática, com uma longa história própria. As preocupações com essa problemática – em formas que vão da Bíblia a trabalhos literários, bem como a tratados sobre direito, economia e filosofia – refletem tendências objetivas do desenvolvimento europeu, desde a escravidão até a era de transição do capitalismo para o socialismo. As influências intelectuais, revelando continuidades importantes que perpassam as transformações das estruturas sociais, só adquirem sua significação real se consideradas nesse quadro objetivo de desenvolvimento. Se avaliadas dessa forma, sua importância – longe de esgotar-se na mera curiosidade histórica – dificilmente poderá ser exagerada: precisamente porque elas indicam a profundidade das raízes de certas problemáticas, bem como a *relativa* autonomia das formas de pensamento nas quais elas se refletem<sup>1</sup>.

Devemos deixar igualmente claro, porém, que essas influências se exercem no sentido dialético da “continuidade na descontinuidade”. Se o elemento de continuidade predomina sobre a descontinuidade, ou o inverso, e em que forma e correlação precisas, é uma questão para a análise histórica concreta. Como veremos, no caso do pensamento de Marx em sua relação com teorias antecedentes, a descontinuidade é o *übergreifendes Moment*, mas alguns elementos de continuidade são também muito importantes.

<sup>1</sup> As soluções antigas para os problemas desse tipo desempenharam um papel extremamente importante nas formulações modernas. Ver a importância do pensamento grego para a Escola do “Direito Natural”, por exemplo.

Alguns dos temas principais das modernas teorias da alienação surgiram no pensamento europeu, de uma forma ou de outra, muitos séculos atrás. Para seguir em detalhe o seu desenvolvimento seriam necessários copiosos volumes. Nas poucas páginas de que dispomos não podemos tentar mais do que delinear as tendências gerais desse desenvolvimento, descrevendo suas principais características na medida em que se relacionam com a teoria da alienação de Marx e contribuem para esclarecê-la.

### 1. A ABORDAGEM JUDAICO-CRISTÃ

O primeiro aspecto que devemos considerar é o lamento por ter sido "alienado com relação a Deus" (ou haver "perdido a Graça"), que pertence à herança comum da mitologia judaico-cristã. A ordem divina, afirma-se, foi violada; o homem alienou-se dos "caminhos de Deus", seja simplesmente pela "queda do homem" ou mais tarde pelas "idolatrias sombrias de *Judá alienada*"<sup>2</sup>, ou, ainda mais tarde, pelo comportamento dos "cristãos alienados da vida de Deus"<sup>3</sup>. A missão messiânica consiste em resgatar o homem desse estado de auto-alienação que ele atraiu sobre si mesmo.

Mas as semelhanças entre as problemáticas judaica e cristã vão apenas até aí; e diferenças de longo alcance prevalecem em outros aspectos. Pois a forma pela qual se vislumbra a transcendência messiânica da alienação não é uma questão indiferente. "Lembraí-vos", diz Paulo, o Apóstolo,

que estáveis sem Cristo, sendo alheios à comunidade de Israel, e estranhos aos testamentos, não tendo esperança, e sem Deus no mundo. Mas agora em Cristo Jesus vós, que outrora estáveis longe, fostes aproximados pelo Sangue de Cristo. [...] Portanto, agora não sois hóspedes nem adventícios, mas concidadãos dos santos, e da família de Deus; e estais construídos sobre os alicerces dos apóstolos e profetas, dos quais o próprio Jesus é a pedra angular, sobre a qual todo o edifício, bem ordenado, se levanta para ser um templo santo no Senhor: sobre o qual vós também sois juntamente edificados para a morada de Deus, por meio do Espírito.<sup>4</sup>

Assim, em sua universalidade o cristianismo anuncia a solução imaginária da auto-alienação humana na forma do "mistério de Cristo"<sup>5</sup>. Esse mistério postula a reconciliação das contradições que fizeram com que grupos de pessoas se opusessem mutuamente como "estranhos", "estrangeiros", "inimigos". Não é apenas um reflexo de uma forma específica de luta social, mas ao mesmo tempo também sua "resolução" mística, o que levou Marx a escrever:

Foi só na aparência que o cristianismo superou o verdadeiro judaísmo. Ele era demasiado refinado, demasiado espiritual para eliminar a crueza das necessidades práticas a não ser elevando-as à esfera etérea. O cristianismo é o pensamento sublime do judaísmo. O judaísmo é a

<sup>1</sup> John Milton, *Paraíso perdido*, livro I.

<sup>2</sup> "Combien voyons-nous de chrétiens aliénés de la vie de Dieu!" (François de Salignac de la Mothe Fénelon, *Oeuvres*, Versailles, 1820, v. XVII, p. 328).

<sup>3</sup> Epístola aos Efésios, capítulo II.

<sup>4</sup> "A concessão da graça de Deus" como "o mistério do Cristo", *ibidem*, capítulo III.

aplicação prática vulgar do cristianismo. Mas essa aplicação prática só se poderia tornar universal quando o cristianismo, como religião aperfeiçoada, tivesse realizado, de maneira teórica, a alienação do homem de si mesmo e da natureza."

(cristianismo)  
como  
subjetivo  
meu  
do  
deu

O judaísmo, em seu realismo "cru", reflete de uma maneira muito mais imediata o verdadeiro estado de coisas, advogando uma continuação praticamente interminável da extensão de seus poderes mundanos – ou seja, defendendo uma solução "quase messiânica" na terra: é por isso que não tem nenhuma pressa quanto à chegada de seu Messias – na forma de dois postulados complementares:

1) A atenuação dos conflitos de classe *internos*, no interesse da coesão da comunidade nacional em seu confronto com o mundo exterior dos "estranhos": "Não faltarão pobres na terra; portanto, eu te ordeno, dizendo: Abre tua mão para teu irmão, para teu pobre e para teus necessitados, em tua terra".

2) A promessa de readmissão na Graça de Deus é parcialmente cumprida na forma de garantir o poder de dominação sobre os "estranhos" a Judá: "E os estranhos estarão lá para apascentar vossos rebanhos, e os filhos dos estrangeiros serão vossos jornaleiros e vinhadeiros"<sup>8</sup>.

O formidável veículo prático desse domínio em expansão era a arma da "usura", que necessitava, entretanto, a fim de tornar-se realmente eficiente, de sua contrapartida adequada, que oferecia um escoadouro ilimitado ao poder dessa arma: isto é, a metamorfose do judaísmo em cristianismo.

{O} judaísmo atinge seu apogeu com a perfeição da sociedade civil; mas esta só alcança a perfeição no mundo *cristão*. Só sob a influência do cristianismo, que *objetiva todas* as relações nacionais, naturais, morais e teóricas, poderia a sociedade civil separar-se completamente da vida do Estado, separar todos os vínculos genéricos do homem, colocar em seu lugar o egoísmo e a necessidade egoísta, e dissolver o mundo humano num mundo de indivíduos atomizados, antagônicos."

O *ethos* do judaísmo, que estimulou esse desenvolvimento, não se limitou à afirmação geral da superioridade do "povo escolhido", determinada por Deus, em seu confronto com o mundo dos estranhos, dando ordens como esta: "Não comas nenhum animal que morreu por si mesmo; dá-o para que o coma, ou vende-o ao *estranho*, que está às tuas portas, para que possa comê-lo; pois tu és um povo santo do Senhor, teu Deus"<sup>9</sup>. Muito mais importante no sentido prático foi a proibição absoluta imposta à exploração dos filhos de Judá pela usura: "Se emprestares dinheiro a qualquer de meu povo que seja pobre, não o apertarás como um exactor, nem o oprimirás com usura"<sup>10</sup>. A usura só era

<sup>8</sup> *On the Jewish question*, em Karl Marx, *Early writings* (trad. e org. T. B. Bottomore, Londres, C.A. Watts & Co., 1963), p. 39 [ed. bras.: *A questão judaica*, 5. ed., São Paulo, Centauro, 2005].

<sup>9</sup> Deuteronômio, XV, 21.

<sup>10</sup> Isaías, LXI, 5.

<sup>11</sup> Karl Marx, *On the Jewish question*, cit., p. 38-9.

<sup>12</sup> Deuteronômio, XIV, 21.

<sup>13</sup> Êxodo, XXII, 25.

permitida nas transações com *estranhos*, mas não com "irmãos". Em contraste, o cristianismo, que se recusou a conservar a discriminação entre "qualquer de meu povo" e "estranhos" (ou "estrangeiros"), postulando em seu lugar a "fraternidade universal da humanidade", não só se privou da poderosa arma da "usura" (isto é, do "juro" e da acumulação de capital dele conseqüente) que era o mais importante veículo da primeira expansão econômica, como também tornou-se ao mesmo tempo uma presa fácil do avanço triunfal do "espírito do judaísmo". O "rude e vulgar princípio prático do judaísmo" discutido por Marx – a parcialidade prático-empírica efetivamente autocentrada e internamente coesa – poderia triunfar facilmente sobre a universalidade teórica abstrata do cristianismo, estabelecida como uma série de "ritos puramente formais com os quais o mundo do interesse pessoal se cerca"<sup>12</sup>. (Sobre a importância da usura e as controvérsias relacionadas a ela, na época da ascensão do capitalismo primitivo, ver p. 121.)

É muito importante enfatizar aqui que a questão em pauta não é simplesmente a realidade empírica das comunidades judaicas na Europa, mas o "espírito do judaísmo": isto é, o princípio *interno* do desenvolvimento social europeu, culminando no surgimento e na estabilização da sociedade capitalista. O "espírito do judaísmo", portanto, deve ser entendido, em última análise, como "o espírito do capitalismo". Para a realização deste último, o judaísmo como realidade empírica oferecia apenas um veículo adequado. Ignorar essa distinção, por uma razão ou por outra, poderia levar – como ocorreu ao longo dos tempos – a um anti-semitismo à caça de bodes expiatórios. As condições objetivas do desenvolvimento social europeu, da dissolução da sociedade pré-feudal até o triunfo universal do capitalismo sobre o feudalismo, devem ser avaliadas em sua complexidade abrangente, da qual o judaísmo, como fenômeno sociológico, é apenas uma parte, por mais importante que tenha sido em certas fases desse desenvolvimento.

O judaísmo e o cristianismo são aspectos complementares dos esforços da sociedade para lidar com suas contradições internas. Representam ambos tentativas de uma transcendência imaginária dessas contradições, de uma "reapropriação" ilusória da "essência humana" por meio de uma substituição fictícia do estado de alienação. O judaísmo e o cristianismo expressam as contradições da "parcialidade contra a universalidade", e da "concorrência contra o monopólio": isto é, as contradições *internas* do que ficou conhecido como "o espírito do capitalismo". Nesse quadro, o êxito da parcialidade só pode ser concebido em contradição com a universalidade e à sua custa – exatamente como essa "universalidade" só pode predominar com base na supressão da parcialidade – e *vice-versa*. O mesmo ocorre na relação entre concorrência e monopólio: a condição do êxito da "concorrência" é a negação do monopólio, assim como para o monopólio a condição da ampliação de seu poder é a supressão da concorrência. A *parcialidade* do judaísmo: a "nacionalidade quimérica do judeu é a nacionalidade do comerciante e, acima de tudo, do financista"<sup>13</sup> – escreve Marx, ressaltando repetidamente que "a emancipação social do judeu é a emanci-

<sup>12</sup> Karl Marx, *On the Jewish question*, cit., p. 38.

<sup>13</sup> *Idem*.

O espírito do judaísmo  
 é o espírito do capitalismo

pação da sociedade com relação ao judaísmo"<sup>14</sup>, isto é, com relação à parcialidade da "nacionalidade" do financista ou, expresso em termos mais gerais, com relação à "estreiteza judaica da sociedade"<sup>15</sup>. A "estreiteza judaica" poderia triunfar na "sociedade civil" porque esta última exigia o dinamismo do "espírito supremamente prático do judeu", para seu desenvolvimento completo. A metamorfose do judaísmo em cristianismo encerrou em si uma metamorfose posterior do cristianismo numa forma mais desenvolvida, menos cruamente parcial, de judaísmo – secularizado –: "O judeu emancipou-se de uma maneira judaica, não só adquirindo o poder do dinheiro, mas também porque o dinheiro tornou-se, por meio dele e também à parte dele, um poder mundial, enquanto o espírito judaico prático tornou-se o espírito prático das nações cristãs. Os judeus emanciparam-se na medida em que os cristãos se tornaram judeus"<sup>16</sup>. As modificações protestantes do cristianismo previamente estabelecido, em vários ambientes nacionais, realizaram uma metamorfose relativamente precoce do cristianismo "teórico-abstrato" num "cristianismo-judaísmo prático", como um passo significativo na direção da secularização completa de toda a problemática da alienação. Paralelamente à dominação crescente do espírito do capitalismo na esfera prática, as formas ideológicas também se tornaram mais e mais seculares: das várias versões do "deísmo", passando pelo "ateísmo humanista", até a famosa declaração de que "Deus está morto". Na época desta última, até mesmo as ilusões de "universalidade" (com que o "mundo do interesse pessoal se cerca") – conservadas e por vezes até mesmo intensificadas pelo deísmo e pelo ateísmo humanista – tornaram-se agudamente constrangedoras para a burguesia, e uma transição súbita, por vezes cínica, teve de ser feita em direção ao culto aberto da parcialidade.

Como foi dito, sob as condições da sociedade de classes – devido à contradição inerente entre a "parte" e o "todo", devido ao fato de que o interesse parcial domina a totalidade da sociedade – o princípio da parcialidade está numa contradição insolúvel com o da universalidade. Em consequência, é a crua relação de forças que eleva a forma predominante de parcialidade a uma universalidade fictícia, ao passo que a negação, orientada de modo idealista, dessa parcialidade – por exemplo, a universalidade teórico-abstrata do cristianismo antes de sua metamorfose em "cristianismo-judaísmo prático" – deve permanecer ilusória, fictícia, impotente. Pois a "parcialidade" e a "universalidade", em sua oposição recíproca, são duas facetas do mesmo estado alienado de coisas. A parcialidade egoísta deve ser elevada à "universalidade" para a sua realização: o dinamismo socioeconômico subjacente é ao mesmo tempo "autocentrado" e "dirigido para fora", "nacionalista" e "cosmopolita", "protecionista-isolacionista" e "imperialista". É por isso que não pode haver lugar para a universalidade autêntica, mas apenas para a falsa universalização da mais crua parcialidade, juntamente com um *postulado* ilusório, teórico-abstrato, da universalidade como a negação – meramente ideológica – da parcialidade efetiva, predominante na prática. Assim, a "nacionalidade quimérica do judeu" é ainda

<sup>14</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 35.

130m  
Uma crítica  
A Univ  
Tudo isso  
PR-5

mais quimérica, porque – na medida em que é “a nacionalidade do comerciante e do financista” – é na realidade a única universalidade efetiva: a parcialidade transformada em universalidade operativa, no princípio organizador fundamental da sociedade em questão. (As mistificações do anti-semitismo tornam-se evidentes se compreendemos que ele se volta contra o mero fenômeno sociológico da parcialidade judaica, e não contra “a estreiteza judaica da sociedade”; ele ataca a parcialidade em seu imediatismo limitado, e com isso não só não enfrenta o problema real: a parcialidade do interesse pessoal capitalista transformado no princípio universal dominante da sociedade, mas apóia ativamente seu próprio objeto de ataque, por meio dessa mistificação desorientadora.)

Para Marx, em suas reflexões sobre o enfoque judaico-cristão dos problemas da alienação, o centro das preocupações era encontrar uma solução que pudesse indicar uma saída para o impasse aparentemente perene: a renovada reprodução, em diferentes formas, da mesma contradição entre parcialidade e universalidade que caracterizou todo o desenvolvimento histórico e seus reflexos ideológicos. Sua resposta não foi simplesmente a dupla negação da parcialidade crua e da universalidade abstrata. Essa solução continuaria sendo apenas uma oposição conceitual abstrata. A novidade histórica da solução de Marx consistia em definir o problema em termos do conceito dialético concreto de “parcialidade predominando como universalidade”, em oposição à universalidade autêntica, a única que podia abarcar os múltiplos interesses da sociedade como um todo e do homem como um “ser genérico” (*Gattungswesen* – isto é, o homem liberado da dominação do interesse individualista bruto). Foi esse conceito específico, socialmente concreto, que permitiu a Marx apreender a problemática da sociedade capitalista em toda a sua contraditoriedade e formular o programa de uma transcendência *prática* da alienação, por meio de uma fusão genuinamente universalizante entre ideal e realidade, teoria e prática.

Temos também de ressaltar nesse contexto que Marx nada tinha que ver com o “humanismo” abstrato, porque se opôs, desde o início – como podemos ver nas citações extraídas de *A questão judaica*, escrito em 1843 –, às ilusões de uma *universalidade abstrata* como sendo um *mero postulado*, um “dever” impotente, uma *fictícia* “reapropriação da condição humana não-alienada”. Não há vestígio, portanto, do que se poderia chamar de “conceitos ideológicos” no pensamento do jovem Marx, que escreveu *A questão judaica*, e muito menos nas reflexões muito mais concretas do ponto de vista socioeconômico contidas nos *Manuscritos econômico-filosóficos*.

## 2. ALIENAÇÃO COMO “VENDABILIDADE UNIVERSAL”

A secularização do conceito religioso de alienação foi realizada nas afirmações concretas relacionadas com a “vendabilidade”. Em primeiro lugar, essa secularização progrediu no interior da concha religiosa. Nada podia deter essa tendência a converter tudo em objeto vendável, por mais “sagrado” que tivesse sido considerado em certa fase, em sua “inalienabilidade” sancionada por um suposto mandamento divino. (O *Melmoth* de Balzac é uma reflexão, magistralmente irônica, sobre uma sociedade totalmente secularizada, na qual “até mesmo o Espírito Santo tem

sua cotação na Bolsa de Valores".) A própria doutrina da "queda do homem" teve de ser questionada – como foi por Lutero, por exemplo – em nome da "liberdade" do homem<sup>17</sup>. Essa defesa da "liberdade", contudo, revelou-se na realidade nada mais do que a glorificação religiosa do princípio secular da "vendabilidade universal". Foi este último que encontrou seu adversário – ainda que utópico – em Thomas Münzer, que protestou em seu folheto contra Lutero, dizendo ser intolerável que "toda criatura seja transformada em propriedade – os peixes na água, os pássaros do céu, as plantas da terra"<sup>18</sup>. Visões como essa, por mais profunda e verdadeiramente que elas refletissem a natureza interior das transformações em curso, tinham de permanecer como meras utopias, protestos ineficazes, concebidos da perspectiva de uma antevisão sem esperanças de uma possível negação futura da sociedade mercantil. Na época da ascensão triunfal do capitalismo, as concepções ideológicas prevalecentes tinham de ser aquelas que assumiam uma atitude afirmativa ante as tendências objetivas desse desenvolvimento.

Nas condições da sociedade feudal, os obstáculos que resistiam ao avanço do "espírito do capitalismo" eram, por exemplo, o fato de que "o vassalo não podia alienar sem o consentimento de seu superior" (Adam Smith)<sup>19</sup>, ou que "o burguês não pode alienar as coisas da comunidade sem a permissão do rei" (século XIII)<sup>20</sup>. O ideal supremo era que cada um pudesse "dar e alienar aquilo que lhe pertence" (século XIII)<sup>21</sup>. Evidentemente, porém, a ordem social que limitava ao "Senhor" o poder de "vender seu Servo, ou aliená-lo por Testamento" (Hobbes)<sup>22</sup>, ficava desesperadamente aquém das exigências da "livre alienabilidade" de tudo – até mesmo da própria pessoa – por meio de uma disposição *contratual*, de que a pessoa interessada seria parte. Também a terra, um dos pilares sagrados da ordem social

Ver Martinho Lutero, *Werke* (Weimar, Kritische Gesamtausgabe, Hermann Böhlau, 1883), v. I, p. 677. Ver também Lutero, *Freiheit lines Christenmenschen* (1520), em *M. Luther: Reformatorische Schriften* (Leipzig, Reclam, 1945), p. 98-108.

Thomas Münzer, *Hoehverursachte Schutzreue und Antwort wider das geistlose, sanfilebende Fleisch an Wittenberg, welches mit verkehrter Weise durch den Diebstahl der heiligen Schrift die erbärmliche Christenheit also ganz jämmerlich besudelt hat* (1524). Citado por Marx em seu ensaio "On the Jewish question", cit., p. 37.

Adam Smith, *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations* (1776), edição Everyman, v. II, p. 342.

"Le bourgeois ne peut pas aliener la chose de la commune sans le commendement de noi" (em P. N. Rapero, org., *Livre de justice et de plait*, Paris, 1850, p. 47).

"Chascun peut le sien doner et aliener par sa volente" (em A. A. Beugnot, org., *Analises de Jérusalem*, Paris, 1841, v. I, p. 183).

Thomas Hobbes, *Philosophical rudiments concerning government and society* (Londres, Royston, 1651), cap. VIII, par. 6. Ver também Hobbes, *The elements of law* (1640, primeira edição em Londres, 1650). Nova edição, com um prefácio e notas críticas por Ferdinand de Tönnies: "É vendo o servo, e tudo o que se relaciona com ele, como a propriedade do Senhor, e como todo homem pode dispor do que é seu e transferi-lo ao seu gosto, o Senhor pode portanto alienar seu domínio sobre o servo, ou dá-lo, pelo seu testamento, a quem lhe aprouver" (Cambridge University Press, 1928), p. 100-1.

ultrapassada, tinha de tornar-se alienável<sup>23</sup>, para que o desenvolvimento da sociedade mercantil pudesse avançar sem barreiras.

O fato de que a alienação como vendabilidade universal envolvia a *reificação* foi reconhecido já bem antes que a totalidade da ordem social que operava sobre essa base pudesse ser submetida a uma crítica radical e efetiva. A glorificação mistificadora da "liberdade" como "liberdade contratualmente salvaguardada" (na realidade, a *abdicção contratual* da liberdade humana) desempenhou um papel importante em retardar o reconhecimento das contradições subjacentes. Dizer isso não modifica, porém, o fato de que a ligação entre alienação e reificação foi reconhecida – ainda que de forma acrítica – por alguns filósofos que, longe de questionarem as bases contratuais da sociedade, idealizavam-nas. Kant, por exemplo, observou que "tal contrato não é uma simples reificação [ou "transformação em uma coisa" – *Verdingung*] mas a transferência – por meio de aluguel – de uma pessoa à propriedade do Senhor da casa"<sup>24</sup>. Um objeto, uma unidade de propriedade *morta*, podia ser simplesmente alienado do dono original e transferido para a propriedade de outra pessoa, sem complicações indevidas: "a transferência da **propriedade** de alguém para outra pessoa é sua **alienação**"<sup>25</sup>. (As complicações, numa fase anterior, eram de natureza "externa", política, manifesta nos tabus e proibições da sociedade feudal, que declarava certas coisas como "inalienáveis"; com a abolição bem-sucedida desses tabus, as complicações desvaneceram automaticamente.) A pessoa *viva*, no entanto, tinha de ser primeiro *reificada* – transformada numa coisa, numa simples propriedade, durante o contrato – antes que pudesse ser dominada pelo seu novo dono. Reificada no mesmo sentido de *verdingen*, no qual o contemporâneo mais jovem de Kant, Wieland, utiliza a palavra para traduzir um verso da *Odisséia* de Homero: "Fremdling, willst du dich wohl bei mir zum Knechte verdingen?" ("Estranho, queres tornar-te *minha coisa, meu servo?*") (A tradução inglesa corrente, em oposição, diz caracteristicamente o seguinte: "Estranho", disse ele, "me pergunto se gostarias de trabalhar para mim se eu te tomasse como *meu homem*, em algum lugar numa fazenda no altiplano, *por um salário adequado, naturalmente*".)<sup>26</sup>

A principal função do tão glorificado "contrato" era, portanto, a introdução – em lugar das relações feudais rigidamente fixas – de uma nova forma de "fixidez" que garantisse ao novo senhor o direito de manipular os seres humanos supostamente "livres" como coisas, objetos sem vontade própria, desde que estes "escolhessem livremente" celebrar o contrato em questão, "alienando voluntariamente aquilo que lhes pertencia".

<sup>23</sup> "Fazer da terra um objeto de negócio – a terra que é nossa, de todos, a primeira condição de nossa existência – foi o último passo na direção de fazer de si mesmo objeto de negócio. Foi e continua sendo, até hoje, uma imoralidade só superada pela imoralidade da auto-alienação" (Friedrich Engels, *Outlines of a critique of political economy*, p. 190 da edição de Moscou dos *Manuscripts of 1844*, de Marx).

<sup>24</sup> Immanuel Kant, *Werke* (Berlim, Akademische Ausgabe, 1902ss.), v. VI, p. 360.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 271. Kant foi muito influenciado por Adam Smith e atribuiu às ideias deste um lugar muito elevado em sua própria filosofia do direito.

<sup>26</sup> Homero, *Odyssey* (Edição Penguin, trad. de E. V. Rieu), p. 285.

Substancial  
Moral  
Terra

Assim, a alienação humana foi realizada por meio da transformação de todas as coisas em objetos alienáveis, vendáveis, em servos da necessidade e do tráfico egoístas. A venda é a prática da alienação. Assim como o homem, enquanto estiver mergulhado na religião, só pode objetivar sua essência em um ser alheio e fantástico; assim também, sob o influxo da necessidade egoísta, ele só pode afirmar-se a si mesmo e produzir objetos na prática subordinando seus produtos e sua própria atividade à dominação de uma entidade alheia, e atribuindo-lhes a significação de uma entidade alheia, ou seja, o *dinheiro*.<sup>27</sup>

A reificação de uma pessoa e, portanto, a aceitação "livremente escolhida" de uma nova servidão – em lugar da velha forma feudal, politicamente estabelecida e regulada de servidão – pôde avançar com base numa "sociedade civil" caracterizada pelo domínio do dinheiro, que abriu as comportas para a universal "servidão à necessidade egoísta" (*Knechtschaft des egoistischen Bedürfnisses*)<sup>28</sup>.

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da "vendabilidade" (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em "coisas", para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a "reificação" das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em "indivíduos isolados" (*vereinzelte Einzelnen*), que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, "em servidão à necessidade egoísta", fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade<sup>29</sup>. Não é de admirar que Goethe tenha proferido: "alles vereinzelt ist verwerflich" ("toda particularidade isolada deve ser rejeitada")<sup>30</sup>, defendendo em oposição ao "isolacionismo egoísta" alguma forma de "comunidade com outros como nós mesmos", a fim de que sejamos capazes de criar em comum uma "frente contra o mundo"<sup>31</sup>. Não é de surpreender, igualmente, que naquelas circunstâncias as recomendações de Goethe tivessem de permanecer como postulados utópicos. Pois a ordem social da "sociedade civil" só se poderia sustentar com base na conversão das várias áreas da experiência humana em "mercadorias vendáveis", e só poderia seguir, relativamente imperturbável, o seu curso de desenvolvimento enquanto essa mercantilização universal de todas as facetas da vida humana, inclusive as mais privadas, não alcançasse seu ponto de saturação.

<sup>27</sup> Karl Marx, *On the Jewish question*, cit., p. 39. "A venda é a prática da alienação" ("Die Veräußerung ist die Praxis der Entäußerung", MEWE, v. I, p. 276). Na tradução de Botromore encontramos: "A objectivation é a prática da alienação". Isso é incorreto, pois Marx especificou, na frase anterior, que *zu veräußern = verkaufen*, e *verkauflichen* significa claramente "venda". Esse sentido de *Veräußerung* como "venda" ou "alienação pela venda" pode ser encontrado também em outras obras de Marx. Ver a nota 3 do capítulo I, para referências.

<sup>28</sup> MEWE, v. I, p. 376.

<sup>29</sup> Ver o capítulo IX deste livro.

<sup>30</sup> Johann Wolfgang von Goethe, *Dichtung und Wahrheit, Sämtliche Werke* (Stuttgart e Berlin, Cotta'sche, Jub. Ausg., 1902), v. 24, p. 81.

<sup>31</sup> "Nicht etwa selbstische vereinzelt, nur in Verbindung mit seinesgleichen macht er Fronte gegen die Welt" (Goethe, *Wilhelm Meisters Wanderjahre*, Jub. Ausg., v. 19, p. 181).

## SIGNIFICAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA TEORIA DA ALIENAÇÃO DE MARX

O reino da liberdade só começa realmente quando cessa o trabalho que é determinado pela necessidade e pelas considerações mundanas; assim, pela natureza mesma das coisas, ele está além da esfera da produção material real. Tal como o selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir a vida, também o homem civilizado precisa travar essa luta, em todas as formações sociais e em todos os modos possíveis de produção. Com o desenvolvimento da produção, essa esfera da necessidade física se expande, em consequência de suas necessidades; mas, ao mesmo tempo, as forças produtivas que satisfazem essas necessidades também aumentam. A liberdade nesse campo só pode consistir no homem socializado, nos produtores associados, regulando racionalmente seu intercâmbio com a natureza, colocando-a sob seu controle comum, em lugar de serem dominados por ela como por forças cegas; e realizando isso com o mínimo dispêndio de energia possível e nas condições mais favoráveis à sua natureza humana, e dignas dela. Não obstante, ela continua pertencendo à esfera da necessidade. Além dela começa aquela evolução da energia humana que é um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade; o qual, porém, só pode florescer tendo essa esfera da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é o seu pré-requisito básico.

*O capital*